



Relatório de Contas 2017

Câmara Municipal do Fundão



Departamento de Administração e
Finanças

Relatório de Contas 2017

Câmara Municipal do Fundão

Índice

Conteúdo

Índice.....	1
Execução Orçamental.....	2
Resumo Global	2
Receita	2
Despesa	4
Grandes Opções do Plano.....	6
Valor executado no ano por objetivo	6
Peso relativo de execução por objectivo	6
Balanço.....	8
Ativo	8
Passivo e Capital Próprio.....	9
Demonstração de Resultados	11
Custos.....	11
Proveitos	11
Recursos Humanos.....	13
Dívida e Endividamento	16
Natureza da dívida.....	16
Dívida e Lei das Finanças Locais	17
Limite da Dívida	17
Pagamentos em atraso.....	17
Equilíbrio Orçamental	17
Aplicação de Resultados	19
Relação dos documentos anexos ao relatório para aprovação	19

Execução Orçamental

No ano 2017 foi elaborado um orçamento de base zero dado que nos encontramos em plena execução do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) e se tem vindo a proceder à monitorização do PAF aprovado no âmbito do PAEL.

O Município do Fundão em 2017 deixou de estar formalmente em rutura financeira tendo passado de um índice de endividamento em 01/01/2014 de 4,38 para 2,81 em dezembro de 2017, tendo sido este o objectivo do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) que se está a executar.

Neste relatório ir-se-á integrar e considerar como integralmente reproduzido o relatório de acompanhamento do Plano de Ajustamento do ano 2017, o qual irá comparar o previsto no referido plano e o executado, nunca confundindo com a previsão orçamental (que ajustou alguns desvios) e a execução, o que será o alvo principal deste relatório.

De seguida iremos apresentar os níveis de execução e quadros resumo em relação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano 2017 e de anos anteriores, por forma a ter uma perspectiva de evolução.

Note-se que a execução orçamental em 2017 já teve em linha de conta o processo de negociação que pode levar à reestruturação de alguns empréstimos de forma a cumprir com o objectivo de redução do serviço de dívida.

Resumo Global

Receitas	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	%
Receitas Correntes	24.295.654,00	24.220.632,60	22.064.400,47	91%
Receitas de Capital	5.191.611,00	4.718.564,23	2.677.843,79	57%
Saldo da Gerência	0,00	358.866,31	339.333,03	95%
<i>Total Receitas</i>	29.487.265,00	29.298.063,14	25.081.577,29	85,61%
Despesas				
Despesas Correntes	17.006.382,00	17.447.500,04	15.264.217,74	87%
Despesas de Capital	12.480.883,00	11.850.563,10	9.413.696,29	79%
<i>Total Despesas</i>	29.487.265,00	29.298.063,14	24.677.914,03	84%

Receita

O grau de execução da receita global em 2017 foi de 85,61% conforme se poderá verificar no mapa do controlo orçamental da receita.

Nestes termos afirma-se que foi cumprido o estatuído no nº 3 do artigo 56º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais - RFALEI - Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

Receitas Correntes

O nível de execução das receitas correntes foi de 91%. Estas receitas pela sua característica apresentam um carácter certo e permanente com menor grau de incerteza, desde que não sejam alterados os pressupostos legais na sua arrecadação, flutuando essencialmente em função da conjuntura económica, que se encontra mais estável neste momento.

	2015	2016	2017	Evolução
Impostos Directos	4.919.229,41	4.783.871,55	5.204.661,82	8,80%
Impostos Indirectos	147.402,70	148.938,06	131.984,96	-11,38%
Taxas, Multas e outras Penalidades	373.018,27	371.642,94	508.215,03	36,75%
Rendimentos de Propriedade	2.335.892,45	2.031.422,20	2.000.787,35	-1,51%
Transferências Correntes	10.752.000,28	10.709.017,31	11.083.065,74	3,49%
Venda de Bens e Prestação Serviços	3.153.063,94	2.870.536,88	2.834.777,92	-1,25%
Outras Receitas Correntes	314.324,33	309.843,63	300.907,65	-2,88%
	21.994.931,38	21.225.272,57	22.064.400,47	3,95%

Verificamos um aumento global nas receitas correntes, aumento superior ao IPC publicado pelo INE de 1,4% o que é revelador do aumento da actividade económica local.

Receitas de Capital

Á excepção das transferências do Estado (FEF – Capital), esta receita tem um perfil de natureza pontual e quase extraordinária.

	2015	2016	2017	
Vendas de Bens de Investimento	7.767,50	445.000,00	22.135,16	-95%
Transferências de Capital	3.976.765,30	2.165.885,03	1.634.031,07	-25%
Activos Financeiros	10.028,23	2.994,59	-	-100%
Passivos Financeiros	-	1.740.000,00	1.000.000,00	-43%
Outras Receitas de Capital	71.186,88	169.421,21	21.677,56	-87%
Rep.não abatidas nos pagamentos	49.733,93	11.246,49	10.466,20	-7%
	4.115.481,84	4.534.547,32	2.688.309,99	-41%

As receitas de capital apresentam um carácter pontual dependendo de factores de natureza não constante.

A redução global é influenciada pela não alienação do património, pelo atraso das participações a receber no âmbito do programa Portugal 2020 e ainda do QREN e pela redução do valor de empréstimo de curto prazo utilizado.

Despesa

Neste capítulo apresentamos a execução orçamental da despesa.

Despesas	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	
Despesas Correntes	17.006.382,00	17.447.500,04	15.264.217,74	87%
Despesas de Capital	12.480.883,00	11.850.563,10	9.413.696,29	79%
<i>Total Despesas</i>	29.487.265,00	29.298.063,14	24.677.914,03	84%

Apresentamos um grau de execução global do lado da despesa de 84%, como se poderá confirmar no mapa de controlo orçamental da despesa.

Despesas Correntes

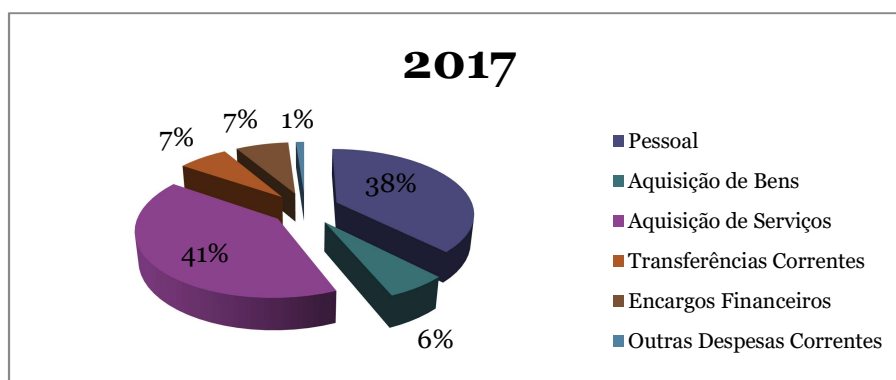
	2015	2016	2017	
Pessoal	5.872.585,55	5.626.791,13	5.755.370,29	2,29%
Aquisição de Bens	917.415,03	792.045,59	919.905,34	16,14%
Aquisição de Serviços	5.705.302,16	5.744.132,07	6.232.153,97	8,50%
Transferências Correntes	847.860,10	1.114.791,70	1.058.603,50	-5,04%
Encargos Financeiros	1.410.981,18	1.800.791,65	1.123.044,42	-37,64%
Outras Despesas Correntes	249.798,18	161.266,33	175.140,22	8,60%
	15.003.942,20	15.239.818,47	15.264.217,74	0,16%

Verifica-se um aumento global de 0,16% influenciado:

Pelo aumento em aquisições de bens e serviços, mais especificamente; a aumento de custos da EDP, prestações de serviços associadas à calamidade sofrida pelos incêndios, aumento da tarifa de deposição de resíduos sólidos da Resiestrela e aumento de programas com despesas imateriais a serem financiadas.

E com redução de encargos financeiros, redução esta gerada também pelo processo de negociação que pode levar à reestruturação de alguns empréstimos de forma a cumprir com o objectivo de redução do serviço de dívida.

O peso relativo das rubricas é o que se apresenta a seguir:

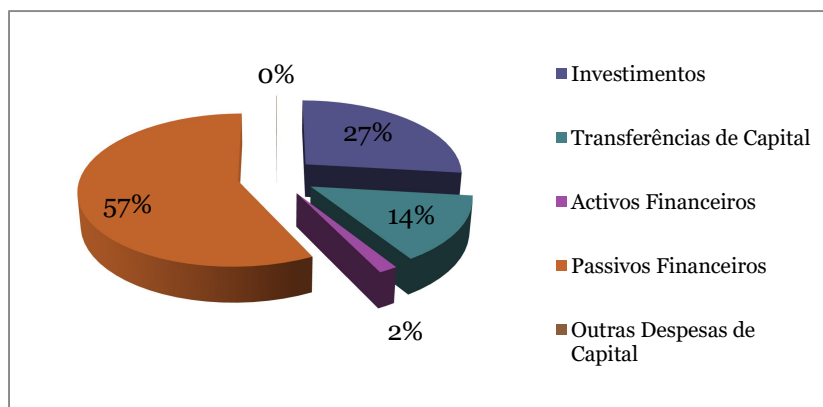


Despesas de Capital

	2015	2016	2017	
Investimentos	5.767.922,00	1.882.870,57	2.526.261,74	34%
Transferências de Capital	1.245.191,03	1.481.980,86	1.330.698,61	-10%
Activos Financeiros	159.633,00	79.816,50	159.633,00	100%
Passivos Financeiros	4.927.881,70	7.130.063,51	5.392.102,94	-24%
Outras Despesas de Capital			5.000,00	
	12.100.627,73	10.574.731,44	9.413.696,29	-11%

Verifica-se uma redução de 11% em despesas de capital. O valor atingido decorre da redução em transferências de capital e em passivos financeiros, nos quais estão 740.000,00 de redução proveniente da redução do valor utilizado e amortizado do empréstimo de curto prazo e do processo de negociação que pode levar à reestruturação de alguns empréstimos de forma a cumprir com o objectivo de redução do serviço de dívida.

O peso relativo das despesas de capital é o que se apresenta de seguida:

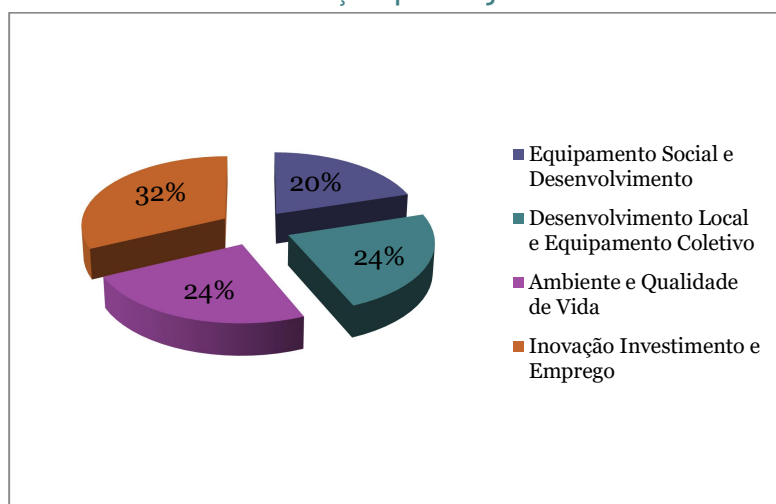


Grandes Opções do Plano

Valor executado no ano por objectivo

	2017
Equipamento Social e Desenvolvimento	1.603.203,99
Desenvolvimento Local e Equipamento Coletivo	1.861.112,30
Ambiente e Qualidade de Vida	1.932.836,36
Inovação Investimento e Emprego	2.551.824,01
	7.948.976,66

Peso relativo de execução por objectivo



A distribuição das despesas constantes nos 4 objetivos das Grandes Opções do Plano revelam de forma clara as prioridades do atual executivo, com grande relevo para o objetivo da Inovação, Investimento e Emprego que representa 32%.

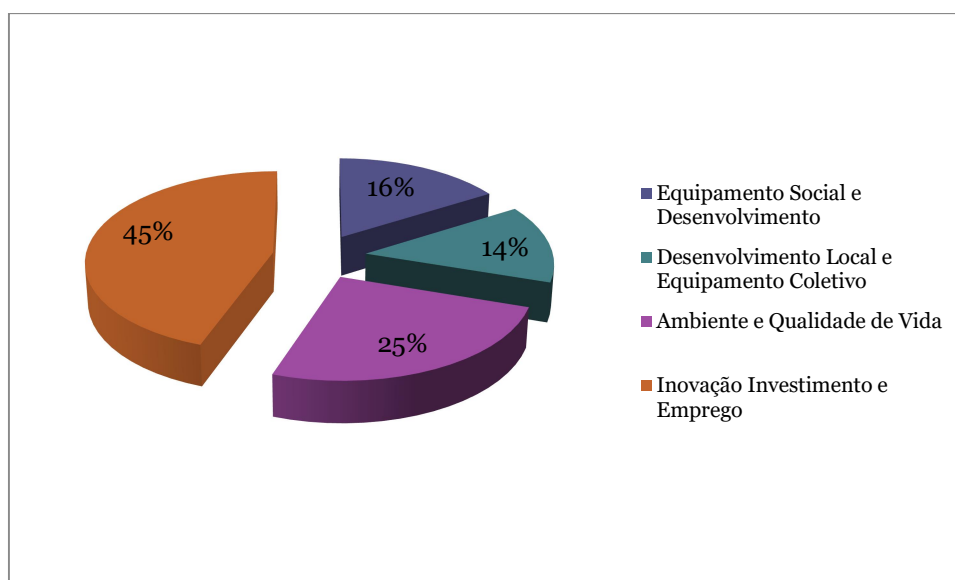
Plano Plurianual de Investimentos

Se analisarmos a distribuição da despesa de investimento do ano por objectivo obtemos o seguinte quadro:

	2017
Equipamento Social e Desenvolvimento	408.377,90
Desenvolvimento Local e Equipamento Coletivo	351.614,84
Ambiente e Qualidade de Vida	639.226,03

Inovação Investimento e Emprego	1.127.042,97
2.526.261,74	

Que apresenta a seguinte distribuição quanto ao peso relativo de cada objectivo:



Destaca-se igualmente o Objectivo de Inovação, Investimento e Emprego que representa 45%.

Balanço

Ativo

Para melhor compreensão e ou justificação de alguns valores e ou particularidade da conta remete-se para as notas ao balanço e demonstração de resultados.

	2016	2017	Diferencial	
Bens de Dominio Publico	79.495.322,40	78.386.479,98	- 1.108.842,42	-1,39%
Imobilizações Incorpóreas	272.595,22	1.183.867,92	911.272,70	334,30%
Imobilizações Corpóreas	67.142.549,67	63.465.411,35	- 3.677.138,32	-5,48%
Investimentos Financeiros	4.895.566,28	4.894.360,28	- 1.206,00	-0,02%
Existências	38.632,13	51.526,69	12.894,56	-
Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	8.290.481,31	8.392.567,45	102.086,14	1,23%
Títulos Negociáveis	-	-	-	-
Depósitos em Instituições Financeira e Caixa	622.455,81	707.355,05	84.899,24	13,64%
Acréscimos e Diferimentos	5.442.855,81	5.105.393,81	- 337.462,00	-6,20%
	166.200.458,63	162.186.962,53	- 4.013.496,10	-2,41%
Amortizações Acumuladas	55.376.551,31	60.512.050,52	5.135.499,21	9,27%
Provisões	1.003.940,44	2.131.102,20	1.127.161,76	112,27%
Ativo Bruto	222.580.950,38	224.830.115,25	2.249.164,87	1,01%

A redução do ativo liquido justifica-se pelo efeito provocado pelas amortizações de 5.135.499,21 e provisões de cobranças duvidosas de 2.131.102,20 tendo o ativo bruto aumentado em 2.249.164,87.

Passivo e Capital Próprio

Passivo

Passivo				
<i>Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo</i>				
Dívidas a Instituições de Crédito	55.093.936,31	48.261.069,17	- 6.832.867,14	-12%
Outros Credores de Médio e Longo Prazo	2.011.884,62	1.462.313,83	- 549.570,79	-27%
	57.105.820,93	49.723.383,00	- 7.382.437,93	-13%
<i>Dívidas a Terceiros de Curto Prazo</i>				
Empréstimo de M/L a pagar no ano seguinte	6.578.675,74	9.023.438,60	2.444.762,86	37%
Adiantamento por Conta de Vendas	5.000,00	-	- 5.000,00	-100%
Fornecedores C/C e Conferência	846.240,18	619.956,99	- 226.283,19	-27%
Fornecedores de Imobilizado C/C	765.752,69	606.371,47	- 159.381,22	-21%
Estado e Outros Entes Públicos	74.457,43	88.721,06	14.263,63	19%
Administração Autárquica	114.982,54	88.019,51	- 26.963,03	-23%
Outros Credores	943.791,91	831.387,10	- 112.404,81	-12%
	9.328.900,49	11.257.894,73	1.928.994,24	21%
Total Dívidas	66.434.721,42	60.981.277,73	- 5.453.443,69	-8%
Provisões para Riscos e Encargos	23.346.633,17	25.657.129,99	2.310.496,82	10%
Acréscimos e Diferimentos	40.023.808,98	40.247.616,83	223.807,85	1%
	63.370.442,15	65.904.746,82	2.534.304,67	4%
Total do Passivo	129.805.163,57	126.886.024,55	- 2.919.139,02	-2%

O passivo tem vindo progressivamente a diminuir, por força do esforço do município e da consolidação financeira efectuada em 2012/2013, através do PAEL e Saneamento Financeiro.

A dívida de curto prazo expurgada do valor dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no prazo de um ano (9.023.438,60) totaliza 2.234.456,13 quando em 2016 era de 2.750.224,75 reduzindo desta forma 515.768,62

Realça-se a redução global do passivo de 4.779.735,87 de 2016 para 2017 e da dívida de 5.453.443,69.

Capital Próprio

Esta grandeza do Balanço reflecte o valor patrimonial da entidade, ou seja o valor que a entidade reflecte quando aos ativos se deduzem os passivos (dívidas, riscos potenciais- provisões, e direitos obtidos cujo proveito será aplicado por força da utilização de infraestruturas ao longo do tempo – diferimentos).

	2016	2017	Variação	%
Fundos Próprios				
Património	39.381.295,73	39.381.295,73	-	0%
Reservas	563.627,82	563.627,82	-	0%
Resultados Transitados	- 3.826.983,37	- 3.509.991,36	316.992,01	9%
Resultado Líquido do Exercício	277.354,88	726.602,64	449.247,76	62%
	36.395.295,06	37.161.534,83	766.239,77	2%

Demonstração de Resultados

Custos

	2016	2017	Varição	%
Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	150.176,56	174.256,53	24.079,97	16,03%
Fornecimento de Serviços Externos	6.397.403,44	6.428.178,00	30.774,56	0,48%
Remunerações	4.733.924,73	4.827.394,37	93.469,64	1,97%
Encargos Sociais	1.171.587,42	1.149.078,68	- 22.508,74	-1,92%
Transferências Correntes e Prestações Sociais	785.266,46	821.998,88	36.732,42	4,68%
Amortizações do Exercício	5.053.985,08	5.134.293,21	80.308,13	1,59%
Provisões do Exercício	2.869.172,02	1.576.894,77	- 1.292.277,25	-45,04%
Outros Custos e Perdas Operacionais	112.434,72	171.119,72	58.685,00	52,19%
Total de Custos Operacionais	21.273.950,43	20.283.214,16	- 990.736,27	-4,66%
Custos e Perdas Financeiras	1.827.433,69	1.134.665,34	- 692.768,35	-37,91%
Custos e Perdas Extraordinárias	1.927.386,68	2.476.600,13	549.213,45	28,50%
Total de Custos	25.028.770,80	23.894.479,63	- 1.134.291,17	-4,53%

Em matéria de custos, ou seja daquilo que se gastou para o funcionamento dos serviços e para a prestação de serviços públicos da responsabilidade do Município ao concelho do Fundão, ocorreram custos de 23.894.479,63 em 2017. Em relação ao ano 2016 houve uma redução de custos operacionais de 4,66% mesmo que directamente influenciados pela inflação que se estabeleceu em 2017 em 1,4%.

Em matéria de pessoal o aumento reflectido deve-se ao aumento do salário mínimo nacional e à reposição e anulação das reduções aplicadas em anos anteriores, a redução havida em encargos sociais é gerada pela redução em relação ao ano anterior de despesas de saúde com os funcionários e suportados pelo Município.

Proveitos

	2016	2017	Varição	%
Vendas de Produtos	985.162,86	835.114,03	- 150.048,83	-15,23%
Prestações de Serviços	1.910.446,87	1.896.321,10	- 14.125,77	-0,74%
Impostos e Taxas	5.234.568,38	5.499.875,50	265.307,12	5,07%
Proveitos suplementares	1.981.482,30	1.974.078,95	- 7.403,35	-0,37%
Transferências e subsídios obtidos	11.563.741,83	12.272.621,65	708.879,82	6,13%
Total de Proveitos Operacionais	21.675.402,24	22.478.011,23	802.608,99	3,70%
Proveitos e ganhos financeiros	376.853,10	469.950,18	93.097,08	24,70%
Proveitos e ganhos extraordinários	3.253.870,34	1.673.120,86	- 1.580.749,48	-48,58%
Total de Proveitos	25.306.125,68	24.621.082,27	- 685.043,41	-2,71%

No capítulo dos proveitos verificamos uma redução global de 2,71%.

A redução com maior significado é de proveitos e ganhos extraordinários, rubrica de proveitos onde são registadas as comparticipações obtidas, as anulações e reduções de amortizações e provisões. Este valor reflecte naturalmente a actual situação do atraso, como já foi referido do novo programa de financiamento comunitário Portugal 2020, sendo o diferencial maior originado pela anulação de provisões efectuada em 2016.

Recursos Humanos

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 foi aprovada pela Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro.

I

Ao nível da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) o Decreto-Lei nº 86-B/2016, de 29 de dezembro, veio implementar a subida da RMMG de € 530,00 para € 557,00. Esta medida produziu efeitos a 1 de janeiro de 2017.

Nos termos deste diploma, para os trabalhadores com vínculo de emprego público, o montante pecuniário do 2º nível remuneratório da Tabela Única Remuneratória (TRU), aprovada pela Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, corresponde ao da RMMG.

II

No ano de 2017, tendo em conta o teor da Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro, que veio estabelecer a extinção da redução remuneratória, prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, ao longo do ano de 2016, as reduções remuneratórias foram eliminadas.

O subsídio de Natal, em 2017 e nos termos do disposto do artigo 24º da LOE/2017, foi pago do seguinte modo:

50% no mês de novembro;

50% em duodécimos, ao longo do ano.

Em 2017 o subsídio de férias foi pago, na íntegra, pelo Município do Fundão aos seus trabalhadores no mês de junho.

III

Cumprindo o disposto no artigo 19º da LOE/2017, manteve-se no ano de 2017, como medida de equilíbrio orçamental, a prorrogação dos efeitos dos artigos 38º a 42º e 44º a 46º da LOE/2015, que vedavam a prática de quaisquer actos que consubstanciassem valorizações remuneratórias. Nestes termos, o Município do Fundão não encetou qualquer procedimento que resultasse numa valorização remuneratória.

IV

Foi, de igual modo, cumprido o estipulado no artigo 45º da LOE/2015, cujos efeitos foram prorrogados pelo artigo 19º da LOE/2017, referente ao pagamento do trabalho extraordinário com a redução determinada por este diploma relativamente aos valores fixados na lei geral.

V

Em 2017 verificou-se a atualização do subsídio de refeição que se fixou em € 4,52 a partir de 1 de janeiro e em € 4,77 a partir de 1 de agosto de 2017. Em articulação com o artigo 195º da LOE/2017 está sujeito a IRS e a Segurança Social/CGA o valor do subsídio de refeição que excede € 4,52 por ser o montante de referência.

VI

No que respeita à redução de trabalhadores e na senda da LOE/2016 a Lei do Orçamento para 2017 também não impôs qualquer obrigação de redução ao Município do Fundão.

VII

No âmbito da estratégia plurianual de combate à precariedade definida na LOE/2016 e na sequência do levantamento dos instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do setor empresarial do estado, o Município do Fundão cumpriu, em prazo (até 31 de outubro de 2017), da comunicação à DGAL da existência dos vínculos precários desta autarquia nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 32/2017, de 28 de fevereiro.

VIII

Entre o Município do Fundão e as entidades sindicais STAL e STE foram celebrados Acordos Coletivos de Empregador Público – ACEP's, os quais foram publicados em Diário da República em dezembro de 2015. Em 2017 foram negociadas com as referidas entidades sindicais alterações a esses ACEP's que passaram pela

atribuição de dias de férias em função da avaliação do desempenho, pela concessão do gozo do dia de aniversário e pela definição do valor do suplemento remuneratório correspondente à isenção de horário, designadamente na formação de equipas de trabalho disponíveis a qualquer momento. Estas alterações aos ACEP's de 2015 foram publicadas em Diário da República em outubro de 2017.

IX

Em abril de 2017 e, em conformidade com o teor do artigo 99º-A aditado pela LEO/2017 à Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), a Câmara Municipal deliberou no sentido de aprovar a consolidação da mobilidade intercarreiras ou intercategorias de dez trabalhadores que estavam em mobilidade desde 2013, 2014 e 2015 – Esta mobilidade permitiu a consolidação na(s) carreira(s) de fiscal municipal (1), de assistente técnico (1), de coordenador técnico (2), de especialista de informática (1) e de técnico superior (5).

Dívida e Endividamento

Natureza da dívida

Descrição	2016		2017	
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo				
Empréstimos	61.672.612		57.284.508	
Outros Credores de Longo Prazo leasing	2.011.885		1.462.314	
Total Dívidas m/l prazo		63.684.497		58.746.822

Dívidas de Curto Prazo				
Empréstimo C.P.	0		0	
Adiantamentos por conta de vendas	5.000		0	
Fornecedores c/c	846.240		619.957	
Fornecedores Imobilizado c/c	765.753		606.371	
Estado e Outros Entes Públicos	74.457		88.721	
Administração Autárquica	114.983		88.020	
Outros Credores	943.792		831.387	
Total Dívidas curto prazo		2.750.225		2.234.456
Total da Dívida		66.434.721		60.981.278
Operações de Tesouraria e FAM		1.161.968		1.022.039
Total Dívida REFALEI		65.272.753		59.959.239

Podemos verificar neste quadro uma redução total da dívida de 5.453.443,00

Sendo de curto prazo 515.769,00 ou seja menos 18,75% que o ano anterior.

No quadro da Lei entende-se que no total da dívida existem valores que não deveriam ser contabilizados por não se considerarem dívida gerada pelo Município como é o caso de valores retidos pelo município para entrega no mês seguinte à entidade correspondente, como é o IRS retido nos vencimentos, os descontos para a segurança social para além do valor do capital do Fundo de Apoio Municipal atribuído por força da Lei ao Município do Fundão e cuja realização está legalmente estabelecida em sete anos.

Para efeitos previstos na RFALEI a dívida a considerar é deduzida destes valores que totalizam no ano 2017 e neste balanço 1.021.465,22 logo o valor total da dívida total é de 59.959.813,00.

Dívida e Lei das Finanças Locais

Limite da Dívida

Perante a REFALEI os municípios que se encontram em excesso de dívida total (acima do limite da dívida), têm a obrigação de reduzir este mesmo excesso em 10%.

Vamos desta forma verificar o cumprimento desta obrigação:

Limite da Dívida Total 2017 – artigo 52º da RFALEI 32.043.496,41

Dívida Total a 31/12/2016 – 65.272.753,00

Excesso de Dívida a 31/12/2016 – 33.229.257,00

Dívida Total a 31/12/2017 – 59.959.239,00

Excesso da Dívida em 31/12/2017 – 27.915.743,00

Redução do Excesso -5.312.940,00 ou seja -15,99% = **16%**

O Município do Fundão cumpriu a redução do excesso em mais 6% do que ao qual se encontrava obrigado!

Pagamentos em atraso

O Município do Fundão desde 31/12/2013 e até 31/12/2017 não regista no portal da DGAL pagamentos em atraso.

Pelo que cumpre o objectivo principal do PAEL e da LCPA.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º conjugado com o artigo 83º da RFALEI os municípios devem cumprir com a regra do equilíbrio orçamental tanto na fase de elaboração do orçamento como na fase da execução.

A regra a aplicar é a seguinte

Receita Corrente = ou > Despesa Corrente + Média das Amortizações

Então temos:

(1) Receita Corrente 2017 = 22.064.400,47

(2) Despesa corrente 2017 = 15.264.217,74

(3) Média das amortizações a considerar = 5.647.654,23

(2) + (3) = 20.911.871,97

Existe um saldo positivo de equilíbrio orçamental em 1.152.528,50

Pelo que se conclui que a execução do orçamento do ano 2017 cumpre com a regra do Equilíbrio Orçamental.

Índice de Endividamento

O índice de endividamento afere a situação financeira do Município quanto ao desequilíbrio estrutural ou conjuntural, ou seja que careça de reequilíbrio ou de saneamento.

O valor a calcular é Total da Dívida Líquida (REFALEI) sobre a média das receitas correntes dos últimos 3 anos.

Valor apurado em janeiro de 2014 (data de entrada em vigor da REFALEI) – 4,4

Valor apurado a 31/12/2017 – 2,8

O que significa que, de uma situação de desequilíbrio estrutural se atingiu um 3 anos uma situação de saneamento financeiro, cumprindo o estabelecido no Plano de Ajustamento Financeiro em execução.

Factos que ocorreram após encerramento do ano

Serve o presente capítulo para dar conhecimento que no âmbito do Orçamento de Estado para 2018 irá haver uma redução de capital subscrito porquanto o artigo 303.º da LOE2018 vem aditar o n.º 5 do artigo 19.º da Lei do FAM, que determina para o próximo quadriénio, uma redução progressiva das contribuições para o FAM de 25%, 50%, 75% e 100% para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021, respectivamente, facto este que apenas será relevado nas contas de 2018.

Continuamos o processo de negociação que pode levar à reestruturação de alguns empréstimos de forma a cumprir com o objectivo de redução do serviço de dívida.

Aplicação de Resultados

Propõe-se a aplicação dos resultados obtidos para resultados transitados.

Relação dos documentos anexos ao relatório para aprovação

- Balanço;
- Demonstração de Resultados,
- Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados;
- Controlo Orçamental da Despesa;
- Controlo Orçamental da Receita;
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos;
- Fluxos de Caixa;
- Operações de Tesouraria;
- Modificações do Orçamento – Receita;
- Modificações do Orçamento – Despesa;
- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Contratação Administrativa – Situação dos Contratos;
- Transferências Correntes – Despesa;
- Transferências de Capital – Despesa;
- Transferências Correntes – Receita;
- Transferências de Capital – Receita;
- Empréstimos;
- Outras Dívidas a Terceiros;

Anexos: Resumo Diário de Tesouraria; Síntese das Reconciliações Bancárias; Mapa de Fundos de Maneio; Relação de Acumulação de Funções e Relação Nominal de Responsáveis, relação dos descontos e retenções e entrega dos descontos e retenções.

Fazem ainda parte integrante da respectiva conta:

Relatório de acompanhamento do PAEL do ano 2017

Relação das dívidas de terceiros

Mapa dos compromissos Plurianuais

Devendo ser submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da referida Lei.